

REVISTA PORTUGUESA de HISTÓRIA

tomo XXXIII

Portugal e Brasil
Rotas de Culturas
Volume II



COIMBRA 1999
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

Portugal e Brasil

O Povoamento do Brasil Meridional e a Fixação da Cultura Portuguesa

WALTER F. PIAZZA
Universidade Federal de Santa Catarina e
ex-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

A partir dos descobrimentos marítimos, quer da América (1492), quer do Brasil (1500), sob a égide da Espanha e de Portugal, respectivamente, tem-se urna Historia da ocupação do territorio da parte mais meridional do Brasil, que merece ser revisitada.

E o que se pretende fazer aqui.

1. A aculturação e a miscigenação com o indígena: de naufragos e de desterrados no século XVI

Os elementos portugueses que perlustram o litoral sul-brasileiro, em expedições de reconhecimento e de escambo, vão deixando suas marcas neste território.

Assim da expedição de Gaspar de Lemos, saída de Lisboa em maio de 1501 e retomando em junho de 1502, surgem elementos indígenas

anotados na cartografia contemporânea, como também se apõem nomes do hagiológico cristão à topografia da região.

Dessa expedição participou Américo Vespúcio.

Pelos contatos culturais com os naturais da terra, merece ser focalizada a expedição de João Dias de Solis, que, em 1515, na baía de “Los Perdidos” - as águas interiores entre a Ilha de Santa Catarina e o continente fronteiro -, onde se perdeu uma sua embarcação, da qual se salvaram onze homens, que passaram a conviver com os indígenas locais, e dentre eles o português Henrique Montes, nascido em 1499, tendo portanto dezessete anos ao naufragar e que sabia ler, escrever e conhecia quatro operações, e encontrado, posteriormente em 1526 e incorporado à expedição de Sebastião Caboto, com o qual foi ao Rio da Prata, e voltando ao serviço de Portugal, em 1530, acompanhou a expedição de Martim Afonso de Sousa.

A todas as expedições portuguesas e espanholas que arribavam à costa catarinense os indígenas municavam com víveres (milho, inhame, mandioca, mel, palmito, peixes, animais silvestres, etc...).

Outro português, a serviço de Espanha, Diogo (Diego) Garcia, residente em Moguer, nas cercanias de Paios, veleja em 1526 para os Mares do Sul, alcançando o litoral sul-brasileiro e é quem, primeiramente, denomina o indígena local de “carijó”.

Mas, de suma importância é a expedição de Martim Afonso de Sousa, integrada pelas naus “Capitânea” (150 toneladas), sob o comando de Pero Lopes de Sousa, “São Miguel” (125 toneladas), a mando de Heitor de Souza, galeão “São Vicente” (125 toneladas), sob o comando de Pero Lobo Pinheiro, e das caravelas “Rosa”, pilotada por Diogo Leite e “Princesa”, comandada por Baltasar Gonçalves, que zarparam de Lisboa a 3 de dezembro de 1530. Registre-se que era Povedor de mantimentos dessa Armada, Henrique Montes.

Portugal e Brasil. O Povoamento do Brasil Meridional

Nesse litoral, da expedição de Rui de Moschera, surgiu uma comunidade cosmopolita - Viaçá ou Ibiacá-, onde, também, os portugueses João Pires, piloto, Mestre Pedro e Francisco Rodrigues, conviveram com os indígenas, e daí saíram socorros, em alimentos, para a famélica colônia de Buenos Aires.

E estas populações miscigenadas e aculturadas vão, pelo tempo afora, receber novas companhias, já dentro da esfera político-administrativa portuguesa, com a criação da Capitania de Santo Amaro e Terras de Santana, que, por partilha, coubera a Pero Lopes de Sousa.

Há ainda, a participação do português, como informantes ou guias em expedições de várias nacionalidades. Neste caso estão os portugueses Bastião Moura e Diogo Couto ou Coutinho, que se aliam à expedição de Binot Paulmier de Gonneville ao litoral sul-brasileiro, de 1503-1505, com vistas ao contato com os indígenas e ao comércio de madeira de tinturaria e que resultou no transplante de um indígena “carijó”, filho do principal Arosca, para a França: o jovem Essomericq (na grafia francesa) ou Iça-mirim - formiga pequena -, na leitura e tradução dos escritores brasileiros.

2. Os fundadores vicentistas e paulistas

A conquista do território de dá, paulatinamente, do norte para o sul.

A partir da povoação de São Vicente - daí “vicentistas” -, depois vila e cabeça de Capitania, onde Martim Afonso de Sousa desembarcara a 22 de janeiro de 1532, e vinha como capitão-mor da armada e com poderes de “criar tabeliães e mais oficiais de justiça”, e de “dar as pessoas que consiga levar as que na dita terra quiserem viver e povoar aquela parte das terras que assim achar e descobrir que lhe bem parecer e segundo o merecerem as ditas pessoas por seus serviços e qualidades”.

Com estes poderes saíra de Lisboa, a 3 de dezembro de 1530, na companhia, entre outros, de seu irmão Pero Lopes de Sousa, e face à autorização da Carta Régia de 28 de setembro de 1532, assinada por D. João III, levou àquele monarca os dados essenciais para a divisão do território brasileiro em Capitanias Hereditárias, das quais ele, Martim Afonso, foi beneficiário com cem léguas, abrangendo o atual litoral de São Paulo até o Rio de Janeiro, em duas partes, por concessão de 7 de outubro de 1534 e seu irmão, Pero Lopes de Sousa, com duas porções de cinquenta léguas, uma no litoral dos atuais Estados do Paraná e de Santa Catarina e outra no litoral do atual Estado de Pernambuco, concedidos a 31 de janeiro de 1535.

Ficando tais domínios praticamente abandonados, quer pela imensa extensão de terras que cabiam aos donatários, quer pela atribuição de seu governo aos loco-tenentes dos donatários e, ainda, pelo litígio entre os descendentes de Martim Afonso de Sousa, cujos dois ramos - os Vimieiros e os Monsantos - disputam o seu domínio, em longo processo judicial.

Com a Carta Régia de 11 de janeiro de 1692 a Capitania de Santo Amaro e Terras de Santana tem confirmada a sua doação ao 7º Conde de Monsanto e 2º Marquês de Cascaes, que, em 1708, aceitou a proposta de compra que lhe fez José de Goes e Moraes, por quarenta mil cruzados e mais quatro mil cruzados de luvas.

D. João V alertado sobre a negociação em marcha faz a aquisição para a Coroa, com escritura de venda lavrada a 19 de setembro de 1711, do que se faz termo na Câmara da Cidade de São Paulo - já então sede da Capitania -, a 25 de fevereiro de 1714.

Por decisão do Marquês de Cascaes já anteriormente tivera início a ocupação do extremo sul de sua Capitania.

Cabe a Manuel Lourenço de Andrade, natural de Lamego, Portugal, com amplos poderes concedidos pelo Marquês de Cascaes, acompanhado

Portugal e Brasil. O Povoamento do Brasil Meridional

por seu genro, Luis Rodrigues Cavalinho, com grande número de casais portugueses, além da gente natural de São Vicente, por volta de 1658, se tomarem os primeiros habitantes da Ilha de São Francisco, trazendo consigo instrumentos para o cultivo da terra e para a exploração de minas e gado de variada espécie.

Manoel Lourenço de Andrade ali viveu até sua morte, em 1666.

A ocupação do litoral norte-catarinense se faz intensamente e o cultivo da mandioca e o preparo de sua farinha, se tornaram, pois, produto de larga vendagem, adotando na fabricação as técnicas utilizadas pelos indígenas.

Francisco Dias Velho, o fundador da povoação de N. Sra. do Desterro (hoje Florianópolis), na Ilha de Santa Catarina, parte da vila de São Paulo, de onde era natural, a 18 de abril de 1662, acompanhado por pessoas de sua família, quinhentos indígenas domesticados e dois padres, com o fito de estabelecer-se na citada ilha, já sua conhecida, pois integrara expedições anteriores de caça ao indígena para escravizar, como a do “bandeirante” Manoel Preto e de seu próprio pai (Francisco Dias).

Entretanto, volta e meia está em São Paulo, conforme registros oficiais. Assim em 1675 está ausente e em 1679 está de novo em São Paulo, e, em dezembro de 1681, em outro documento, é afirmado que está dando princípio à povoação da Ilha de Santa Catarina.

Na póvoa de N. Sra. do Desterro aprontou uma capela de pau-a-pique, coberta de folhas de palmeira, tendo na sua frente uma cruz de madeira. Ali e nos seus arredores estabeleceu algumas áreas de agricultura e de pastoreio, que requerera em sesmaria, quais foram: duas léguas de terra em quadra na Ilha de Santa Catarina, meia légua de terra “em uma lagoa onde já tinha fazenda da cultura”, mais duas léguas de terra defronte do estreito de terra firme, “onde também já tinha uma feitoria com uma légua de sertão e outra de testada” e, ainda, duas léguas em quadra começando no rio Araçatuba. E, de tudo lhe foi concedida a propriedade.

Enfrentou piratas, e os aprisionou em 1678, remetendo-os para Santos. Soltos, voltaram à povoação de Dias Velho e o mataram (1679 ou 1680), sendo o seu inventário realizado em São Paulo, em 1681 e concluído em 2 de novembro de 1689.

Caiu em decadência a povoação e só nos princípios do século XVIII, com gente, sob a chefia de Manoel Manso de Avelar, lisboeta, vai voltando à normalidade, com os “segundos” povoadores da Ilha.

A ação de Domingos de Brito Peixoto para fundação da póvoa de Santo Antônio dos Anjos da Laguna tem vasta documentação, como a Carta Régia de 1682, em que é solicitada a sua participação no conhecimento da parte sul da Capitania de São Vicente.

Sendo ele natural daquela Capitania e morador na vila de Santos, havia previamente explorado, a partir de 1684, à custa de sua fazenda, a Lagoa dos Patos e para aquele local marchou, em fevereiro de 1688, com seus filhos Francisco de Brito Peixoto e Sebastião de Brito Guerra, acompanhados de dez homens brancos e cinquenta escravos e, simultaneamente, fazia velejar para aquelas paragens uma embarcação de sua propriedade conduzindo mantimentos e ferramentas, o que foi comunicado ao monarca português, D. Pedro II.

Fundada a povoação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, ali faleceu Domingos de Brito Peixoto, enquanto seu filho Sebastião de Brito Guerra pereceu lutando contra os indígenas que habitavam ao sul de Laguna. Sucede, como capitão-mor da dita vila, o filho Francisco de Brito Peixoto e sob o mando de seu genro, João de Magalhães, português, natural de Braga, que organizou uma expedição (“frota”), com trinta e um companheiros (1725), avassala a região ao sul, estabelecendo com seus acompanhantes as primeiras estâncias nos campos naturais do “Continente de São Pedro do Rio Grande”, cujas terras são legitimadas a partir de 1732.

Portugal e Brasil O Povoamento do Brasil Meridional

Estes homens (naturais ou radicados em Laguna, por isto denominados “lagunistas”), avançam pelo interior, à procura de gado chucro, que, aprisionado, é conduzido para aquela vila.

Assim estava completo o sistema de apoio à Colônia do Sacramento, fundada em 1680, pelo Governador do Rio de Janeiro, D. Manoel Lobo, na margem esquerda do Rio da Prata, ampliando a hegemonia lusitana nas terras meridionais da América do Sul, o que aprofunda as divergências entre as nações ibéricas, cujo confronto só cessará com o Tratado de Santo Ildefonso (1777).

Após a fundação de São Francisco, Desterro e Laguna, a Coroa Portuguesa, diante das arremetidas da Corte de Madri dedica mais atenção ao extremo-sul do Brasil.

Assim, em 1711 e, depois, em 1714, Manoel Gonçalves de Aguiar sai de Santos e percorre o litoral até o Rio Grande do Sul, dizendo das terras perlustradas muitas maravilhas, apontando, entretanto, as dificuldades para erguer vilas.

Estavam, entretanto, lançadas as idéias de povoamento da parte mais meridional do Brasil, com a incorporação das “vacarias del mar e del piñar”.

Um último aspecto da conquista territorial no sul do Brasil merece referência.

Após a descoberta e posse das “vacarias” pelos homens de Laguna (“lagunistas”), havia necessidade de se ter uma rota terrestre para conduzir o gado para os centros consumidores, que ficavam ao norte, porquanto até Laguna, face à topografia, os animais iam por seus próprios pés.

Na Laguna o gado era retalhado e salgado e suas carnes conduzidas para os mercados a serem abastecidos, por via marítima.

Após as viagens de Manoel Gonçalves de Aguiar firmou-se a vontade da Corte e de seus prepostos para realizarem o “caminho do sul”.

O Governo da Capitania de São Paulo determinou a Francisco de Sousa e Faria, sargento-mor de cavalaria, abrisse, a partir da foz do rio Araranguá, no Morro dos Conventos, um caminho - “caminho dos Conventos”- em demanda ao norte.

Para atingir os campos de Curitiba levou Sousa e Faria perto de dois anos, aberto que foi em 1728, ligando Araranguá a Laguna e daí subindo para o planalto catarinense, aos campos de Lages e Curitiba, mas abandonada em parte e substituída pelo “caminho de Viamão”.

A Cristóvão Pereira de Abreu cabe a melhoria das condições do “caminho dos Conventos” conjugado com o “caminho de Viamão”.

A esse “caminho de tropas”, ligando a zona de produção de gado à região consumidora, atravessando o planalto meridional do Brasil, de sul a norte, volta-se a atenção do Morgado de Mateus (Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, 1722-1798), a quem cabe a ordem para a fundação da Vila de N. Sra. dos Prazeres das Lagens, núcleo centralizador do desenvolvimento do planalto catarinense, “que são os últimos confins que hoje tem esta Capitania (São Paulo) da parte do sul”.

Aliavam-se, nesta fundação, objetivos: militar (defesa do trânsito de tropas), colonizador (povoamento) e político (extensão do domínio português).

O Morgado de Mateus ordenou a Antônio Correa Pinto, natural de São Tomé do Corrilão, Vila de Ponte de Lima, que morava em 1765 na vila de São Paulo e, já, em 1754, possuía “em cima da Serra de Viamão” “casa, currais, plantas e animais”, “cujas terras terião de comprido duas léguas e pouco mais ou menos de hua de largo”, e casara em Santana do Paraíba, Capitania de São Paulo, com D. Maria Antonia de Jesus.

Atendendo a ordem emanada do Morgado de Mateus Correa Pinto, partiu de São Paulo, no mês de agosto de 1766, levando consigo uma imagem de N. Sra. dos Prazeres - madrinha do Morgado e padroeira dali por diante da vila que se fundava - e pelo “caminho do sul” alcançou

Portugal e Brasil O Povoamento do Brasil Meridional

a região onde assentou a nova povoação, que foi elevada à categoria de vila e teve alçado o seu pelourinho a 22 de maio de 1771, com a presença do Capitão-mor Antonio Correa Pinto e de vinte e um povoadores, e mais o escrivão que lavrou o auto de criação daquele símbolo da soberania portuguesa.

Até a morte do fundador - 28 de setembro de 1783 - as fazendas de criação foram se estruturando na região e, ainda, foram nos séculos subseqüentes a sua base económica.

Precedendo este último avanço povoador a Corte de Lisboa contratara - a 18 de novembro de 1729 - os chamados “Padres Matemáticos”, Domingos Capacci e Diogo Soares, ambos da Companhia de Jesus, para, pelo conhecimento das longitudes “fazerem mapas das terras do dito Estado (Brasil), não só pelas marinhas mas pelos sertões”, e que resultaria, com outros elementos coletados, num mais perfeito conhecimento da América Portuguesa, o que lhe dava condições de melhor discutir com a Corte de Madrid na disputa territorial.

Estes trabalhos de levantamentos astronómicos tiveram o apoio daqueles militares portugueses, seguidores das orientações de Manoel de Azevedo Fortes, como José da Silva Paes, José Custódio de Sá e Faria e inúmeros outros.

3. A epopéia açórico-madeirense

Uma das facetas mais destacadas da fixação da cultura portuguesa no Brasil-Meridional se dá com a grande migração açórico-madeirense, no século XVIII.

Pelas características numéricas dessa migração e pelo isolamento em que viveram até o início do século XIX, quando outros grupos étnicos vão se fixar em áreas contíguas e passam a sofrer um processo lento e gradual de aculturação, é de grande expressividade esta contribuição à formação cultural do Brasil-Meridional.

Até o século XVIII a imigração do Arquipélago dos Açores para o Brasil tem caráter esporádico e de pequena monta.

Somente com a definição da política do “uti-possidetis”, no reinado de D. João V, por instância de Alexandre de Gusmão, vão fixar-se levas maiores de açorianos, quer no norte do Brasil (Pará e Maranhão), quer no sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

A partir de 1720 recebe a Corte de Lisboa solicitações das Câmaras das Ilhas dos Açores e de indivíduos das mesmas Ilhas pedindo para migrarem para o Brasil, face ao vulcanismo, à superpopulação e à pobreza que os afligia.

Por sua vez o Brigadeiro José da Silva Paes ao organizar a vida administrativa da Capitania de Santa Catarina (1738), sentiu a necessidade de povoadores para preencher o vazio demográfico existente e solicitou à Lisboa a remessa de gente, deixando clara a sua preferência pelos açorianos (1742).

Tal idéia fora levada à Corte de Lisboa, anteriormente (1727), pelo frade carmelita frei Agostinho da Trindade.

A solicitação de Silva Paes foi estudada no Conselho Ultramarino e teve, desde logo, o apoio de Alexandre de Gusmão e de Rafael Pires Pardinho, este conhecedor “de visu” do Brasil-Meridional, ouvidor que fora da Capitania de São Paulo (1717-1725), ocasião em que percorreu o seu extremo-sul.

Coube a esses dois personagens todo o planejamento da grande imigração, resultando na Provisão Régia de 31 de agosto de 1746, determinando a abertura de “alistamento” nas Ilhas de Açores e da Madeira, sob a promessa de transporte à conta da Fazenda Real e a concessão, em território brasileiro, de alimentação no primeiro ano, de uma propriedade de “um quarto de légua em quadro”, de ferramentas, sementes e animais de tração e de vacas para fornecimento de leite, além de armas, para defesa pessoal.

Portugal e Brasil O Povoamento do Brasil Meridional

A Coroa determinou, na aludida Provisão, a forma de proceder o “alistamento”, sob a responsabilidade das Câmaras Municipais das Ilhas e sob a supervisão geral do Corregedor da Comarca das Ilhas.

O “alistamento” inicial apontou nos Açores um total de 7.817 alistados. Na Ilha da Madeira, o “alistamento” abrangeu mais de duas mil pessoas.

Para fazer o “transporte” dos alistados para a Ilha de Santa Catarina a Coroa recebeu propostas de vários proprietários de navios, para o que foi feito contrato (“assento”), contendo vinte e quatro cláusulas.

A sete de agosto de 1747 a Coroa contratou com Feliciano Velho Oldenberg, um dos sócios do “Contrato do Tabaco”, para transportar 1.000 pessoas das Ilhas dos Açores para a Ilha de Santa Catarina, o que foi iniciado a 21 de outubro daquele ano, pelas galeras “Jesus, Maria, José”, capitaneada por Luis Lopes Godelho e “Sant’Ana e Senhor do Bonfim”, a mando de Pedro Lopes Arraya e que arribaram ao porto de N. Sra. do Desterro (hoje Florianópolis), a 6 de janeiro de 1748, com 461 pessoas vivas.

Uma segunda leva foi embarcada na Ilha Terceira, a 16 de outubro de 1748, e desembarcaram na Ilha de Santa Catarina, a 7 de janeiro de 1749, pelas galeras “Jesus, Maria, José”, comandada por Luís Lopes Godelho e “São Domingos e Almas”, tendo por mestre Pedro Lopes Arraya, conduzindo 447 pessoas, e, para completar o acertado com a Coroa Feliciano Velho Oldenberg, a 10 de outubro de 1749 fez partir de Lisboa a galera “Jesus, Maria, José”, a mando de Pedro Lopes Arraya, que arribou ao porto de N. Sra. do Desterro, a 20 de dezembro de 1749, com 233 pessoas vivas, o que totalizou 1.141 pessoas transportadas e cuja conta foi apresentada ao Tesoureiro do Conselho Ultramarino e paga.

Não acabara Oldenberg o cumprimento do seu contrato e a Coroa fazia um outro com Francisco de Sousa Fagundes para transportar

4.000 pessoas das Ilhas de Madeira e dos Açores para a Ilha de Santa Catarina, que foi assinado a 1º de julho de 1749 e que foi cumprido, em sucessivas viagens, até 13 de novembro de 1753, conduzindo somente açorianos.

Entrementes, a 8 de abril de 1749, zarpou do Funchal a galera “N. Sra. das Maravilhas, Santo Antonio e Almas”, também pertencente ao “Contrato do Tabaco”, conduzindo 59 pessoas, originárias da Ilha de Madeira, e que desembarcam na Ilha de Santa Catarina, a 7 de setembro de 1749.

Mas, voltando ao contrato de 1749, com Francisco de Sousa Fagundes, para conduzir ao litoral sul-brasileiro 4.000 pessoas, o mesmo foi realizado a partir de 4 de setembro de 1749, com as galeras “Sant’ Ana e Senhor do Bonfim” - duas viagens -, “N. Sra. da Conceição e Porto Seguro”, quatro viagens -, e “Bom Jesus dos Perdões e N. Sra. do Rosário” - quatro viagens -, totalizando 4.767 pessoas transportadas.

A Coroa, tendo em vista o grande número de “alistados” nos Açores acertou com Francisco de Sousa Fagundes um novo “assento”, lavrado a 28 de setembro de 1751, para novos transportes, abarcando 1.000 pessoas que, também, foi cumprido e pago pelo Conselho Ultramarino.

Por último, foi acertado um “assento”, em 28 de setembro de 1754, para transportar 500 pessoas da Ilha da Madeira para o litoral sul-brasileiro. Depois de muitas correspondências e conversações Francisco de Sousa Fagundes transferiu o contrato para José Correa Lisboa, que preparou a galera “N. Sra. da Conceição e Porto Seguro”, sob o comando do mestre Custódio Francisco - marinheiro experimentado em outras navegações para o mesmo destino - que partiu a 26 de abril de 1756, do Funchal, conduzindo 520 pessoas, de várias idades, mas que, a 20 de setembro daquele ano, naufragou no litoral da Bahia, na foz do rio Joanes, no lugar Buraquinho, do qual se salvaram onze mulheres, e um número de homens não avaliado, que se internaram

Portugal e Brasil. O Povoamento do Brasil Meridional

nas matas da região, para não serem obrigados a seguir viagem e “cinco barris de azeite doce da marca grande e três barricas”, e, no oceano ficaram sepultados muitos sonhos...

Os dados apontados estão acordes com os pagamentos que a Coroa fez aos transportadores, perfazendo mais de 6.000 pessoas. Deve-se salientar que o traslado desses açorianos e madeirenses obedecia a um “Regimento dos transportes”, contendo normas sobre o comportamento de homens e mulheres a bordo, bem como deveria ser regulada a sua observância e a quem caberiam as diversas obrigações. Em cada embarcação haveria um sacerdote, uma botica e um cirurgião.

Por outro lado, as Câmaras Municipais das diferentes vilas e cidades das Ilhas nomearam os oficiais de ordenanças que no Brasil formariam a base da organização das novas povoações. Ainda, obedecendo as instruções e ordens emanadas de Lisboa, foram estruturadas as “freguesias” e escolhidas as suas localizações, bem como definidos os seus planos urbanos.

Instalaram-se os recém-chegados na orla marítima em “freguesias” como N. Sra. do Desterro (Vila Capital), N. Sra. da Conceição da Lagoa, São Miguel e N. Sra. do Rosário da Enseada do Brito (1750), São José “da terra firme” (1751), Vila Nova de Sant’Ana e Mirim (1752), N. Sra. das Necessidades e Sto Antônio (1755), e vão sendo encaminhados para o sul, a partir de 1752, estendendo-se para o “Continente do Rio Grande de São Pedro”.

Deve-se, aqui, aduzir que houve dificuldades no assentamento dos açorianos e madeirenses. A entrega da porção de terra para cultivo e a expedição das “cartas de sesmaria” esbarraram na mata virgem a ser derrubada e falta de gente habilitada para as medições e, por outro lado, o “quarto de légua em quadro” distanciava uns dos outros. As sementes de linho e de trigo para formação das lavouras tradicionais não deram as safras esperadas e os recém-chegados tiveram que se adaptar à cultura

da mandioca, com as técnicas advindas do indígena e o seu fruto passou a substituir o pão de trigo.

As armas e ferramentas chegaram e foram distribuídas. O Rei mandou fabricar espingardas, enxadas, machados, enxós, martelos, facões, serras e limas e travadeiras, facas, tesouras, foices, roçadeiras, que, em parte, o Coronel Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, Governador da Capitania de Santa Catarina e sucessor do Brigadeiro José da Silva Paes, recebeu.

Quanto aos bois e vacas foram trazidos dos campos nativos do Rio Grande, onde já existiam, desde 1737, as estâncias reais de Bojuru e Torotama.

No primeiro ano o sustento da gente recém-chegada foi de farinha e peixes, providenciados pelo Brigadeiro Silva Paes, que, também, lhes fez pagar a ajuda-de-custo acertada.

Tudo isto, evidentemente, significou grandes despesas para a Coroa.

O espiritual foi atendido de maneira cabal, com sacerdotes vindos das Ilhas ou de Lisboa.

E o estado sanitário mereceu também, a atenção do Brigadeiro José da Silva Paes, com a fixação de um cirurgião, na vila-capital.

A expansão para o sul já estava prevista na Carta Régia que fixava o “alistamento”, porquanto delimitava a área a ser povoada “do Rio de São Francisco até o serro de São Miguel”.

Desta forma, fugindo de um novo estado de penúria, pela pobreza das terras areno-argilosas do litoral catarinense, cada vez e em maior número povoam os açorianos os “campos naturais” do “Rio Grande de São Pedro”, cujas condições ambientais ser-lhes-ão mais propícias.

Assim, em 1752, sessenta “casais” se fixam no Morro Grande de Sant’Ana, que passa a ser conhecido como “Porto dos Casais” e se tornam a base demográfica da cidade de Porto Alegre, de hoje. Na mesma época açorianos e madeirenses se fixam em Triunfo (1752-1753), Cachoeirinha (1752-1753) e Rio Pardo (1752). Depois avançam para o oeste e para o

Portugal e Brasil. O Povoamento do Brasil Meridional

sul, fixando-se em Piratini (1762), Taquarí - quatorze “casais” - (1764), Santo Amaro - dezesseis “casais” - (1771), Conceição do Arroio, hoje Osório - dezoito “casais” - (1773), Mostardas (1773), e, cada vez mais, se dá a penetração em todas as direções.

E, além de agricultores, prosseguindo na sua tradição, tornaram-se pastores, com bom desenvolvimento económico, e, paralelamente, numa área de fronteira, tornaram-se os elementos de fixação da cultura lusíada.

Por si, e, em especial, por seus descendentes, se tornarão os soldados que garantirão os domínios portugueses, no enfrentamento com os espanhóis, e que foram organizados militarmente, a partir de um Batalhão estruturado pelo Brigadeiro José da Silva Paes e que se transforma, logo, no Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina.

4. Três momentos da fixação da cultura formal

Para subsidiar uma melhor análise da fixação da cultura lusíada no Brasil-Meridional devem ser ressaltados três momentos da cultura formal, que infelizmente, foram fugazes.

Um primeiro momento é o da chegada a este território dos açorianos e madeirenses, muitos deles alfabetizados e com formação profissional.

A vinda deles, como se assinalou, foi fruto das instâncias do Brigadeiro José da Silva Paes, um “iluminado” oitocentista, com destaque na engenharia militar portuguesa, com papel preponderante na edificação dos sistemas de fortificação do Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, Colónia do Sacramento e Ilha de Santa Catarina e que, durante sua permanência no Brasil e, em especial na Ilha de Santa Catarina, não dispensou a presença de uma biblioteca básica, constante do que havia de melhor, naquela época, em livros sobre fortificações, bem como outras obras de conteúdo diverso.

Walter F. Piazza

Um segundo momento é a fixação de um colégio da Companhia de Jesus, na vila-capital de N. Sra. do Desterro.

Diga-se, a título de melhor compreensão, que a Companhia de Jesus, com a ação inicial do Padre Leonardo Nunes, a partir de 1553, visita o litoral da “Laguna dos Patos”, fundando a “Missão dos Patos ou dos Carijós”, conforme documentação jesuítica, e cuja missão se estende até 1727.

Com a chegada dos açorianos, a Coroa pretende que os jesuítas instalem um colégio na vila de N. Sra do Desterro, onde, a 18 de março de 1748, chegam os Padres Francisco de Faria e Bento Nogueira e em razão do Aviso Régio de 3 de dezembro de 1750, é, então, dirigido pelo Pe. Paulo Teixeira, onde se lecionavam a doutrina e as letras. Em 1757 a direção do Colégio cabe ao Pe. Caetano Dias, substituído, no mesmo ano, pelo Pe. Antonio Simões, a quem é dado por companheiro o Pe. Diogo Teixeira.

Após 10 anos de trabalhos educacionais, face ao Decreto de 3 de setembro de 1759, é fechado o Colégio, sendo a residência, ornamentos, alfaias e mais pertences entregues ao Vigário da Vila de N. Sra. do Desterro.

Ali estudaram bom número de alunos que, mais tarde, vão prestar relevantes serviços à cultura.

O terceiro momento é o surgimento da “aula” do Conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello (Faro, Portugal, 1720 - Lisboa, 1788), prisioneiro pombalino, recluso na fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim, nas águas do litoral catarinense.

O Conselheiro Mascarenhas é personalidade de expressão no meio cultural português e brasileiro - participante da Academia Brazilica dos Renascidos e ligado à figuras de relevo na vida política lusitana.

Na prisão, de 1760 a 1777, além de exercer forte influência sobre o Governador da Capitania de Santa Catarina, Francisco de Souza de

Portugal e Brasil. O Povoamento do Brasil Meridional

Menezes, passou a preencher o seu tempo lecionando aos soldados e familiares naquele presidio.

Entretanto, os frutos desses três momentos não foram, ainda, devidamente avaliados.

Por outro lado o “subsídio literário” não marcou a revolução educacional no Brasil-Meridional como seria de desejar e, essas áreas periféricas da comunidade lusófona não se destacam no seu contexto cultural, a não ser após 1822.

5. As resultantes

Como resultantes desse povoamento lusitano poder-se-ão salientar, em primeiro lugar, a explosão demográfica e a conseqüente ocupação do vazio demográfico que era então o Brasil-Meridional.

Assim o luso, notadamente o luso-açoriano, pelo seu elevado percentual nessa ocupação, vai marcar a vida agrícola, os costumes, quer civis, quer religiosos, as manifestações culturais de toda ordem.

Aclimatando-se rapidamente trocaram a economia fechada, agrícola, pelo campeirismo, quer nas suas fazendas, quer nas tropeadas.

Há toda uma ampla gama de estudos sobre esta contribuição, que vai se sobrepor, a partir do início do século XIX, quer à da Europa Mediterrânea, quer da Europa Central, aqueles notadamente italianos, e estes preponderantemente de cultura germânica.

A cultura lusíada se exemplifica com as técnicas da pesca artesanal, quer no formato de embarcações, quer nos apetrechos da pesca, nas técnicas agrícolas, nas técnicas de transformação e de transporte - a olaria, o carro-de-boi, a renda-de-bilro -, as manifestações da literatura popular - os refrões, provérbios, adivinhas, pasquins, etc. -, ou, ainda, nas manifestações de culto - as cerimônias da Semana Santa, o ciclo do Divino Espírito Santo - e, evidentemente, o grande substrato lingüístico.

Walter F. Piazza

E, de forma bem saliente, a formação das elites político-administrativas.

Todos estes elementos forjaram no sul do Brasil uma parcela ponderável da lusitanidade.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos da Historia Colonial*. Rio de Janeiro, ed. Briguiet, 1954.
- ALMEIDA, Aluísio de. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo, co-ed. Livr. Martins Edit. - Edit. Universidade de São Paulo, 1981.
- ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo, co-ed. da Universidade de São Paulo - Saraiva Livres Editores, 1978.
- BASTO, A de Magalhães. *Um episódio misterioso da história luso-brasileira (A prisão do Conselheiro José Mascarenhas Pereira Pacheco Coelho de Melo)*. Lisboa. Congresso do Mundo Português (1940), v. 10. Congresso Luso-Brasileiro de História, t. 2º, 1ª parte, 1940, p. 487-533.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o Governo de Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Nautas e descobridores. I. João Dias de Solis*. Florianópolis, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, v. 4, 1915.
- A toponomástica da Costa Catarinense no século XVI*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1937.
- Os patriarcas do carijós ou os primeiros europeus em Santa Catarina*. Florianópolis, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 6: 116. 1917.
- Nautas e descobridores. II. Sebastião Caboto*. Florianópolis, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. V. 5, 1916.
- Santa Catarina no século XVI*. Florianópolis, *Anais do 1º Congresso de História Catarinense*. V. 2, 1950 (separata), p. 13-95.
- O fronteiro-mor do Rio Grande do Sul, Francisco de Brito Peixoto*. Rio de Janeiro. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. V. 20, 1956-1957, p. 71-173.
- Paulistas em Santa Catarina seiscentista: Francisco Dias Velho*. São Paulo, *Anais do Museu Paulista*. 4:429-79, 1931.
- Figuras do passado catarinense: o Capitão-mor Domingos de Brito Peixoto, senhor da Laguna, sua prole e seus serviços*. Florianópolis, *Imprensa Oficial do Estado*, 1954. (Separata).

Walter F. Piazza

- Poranduba catarinense*. Florianópolis, *Comissão Catarinense de Folclore*, 1957.
- Açorianos e madeirenses em Santa Catarina*. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V. 219, 1953.
- BOLEO, Manuel de Paiva. *Filosofia e História. A imigração açoriana para o Brasil*. Coimbra, *BIBLOS*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 20, 1944.
- BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Lisboa, Academia de Ciências, 1829; 2ª ed., Lisboa, Academia de Ciências, 1832, 3ª ed. Florianópolis, Biblioteca Catarinense, 1932.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Os açorianos*. Florianópolis, *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, v. 2, 1950. P. 503-608. (separata).
- CALIXTO, Benedito. *Capitanias paulistas*. São Paulo, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 21 (1916-1921), 1924.
- CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul - período colonial*. Porto Alegre, Globo, 1970.
- COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida. *Memória histórica da Província de Santa Catarina*. Desterro, Tip. J. J. Lopes, 2ª ed., 1877.
- COMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE. *Boletim*. Florianópolis, 1949-...
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores - Instituto Rio Branco, 2 v., 1965-1971.
- DACHS, Walter. *Histórico da vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens*. Lages, SC. *Guia Serrano*, (série de artigos publicados a partir de 1962).
- DOMINGUES, Moacir. *A Colônia do Sacramento e o sul do Brasil*. Porto Alegre, Edit. Sulina - Instituto Estadual do Livro, 1973.
- FONTES, Henrique. *O Conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo*. Florianópolis, Livr. Central de Alberto Entres, 1938.
- FORTES, João Borges. Gen. *Casaís*. Rio de Janeiro, s/ed. 1932.
- Rio Grande de São Pedro. Povoamento e conquista*. Rio de Janeiro, ed. Biblioteca Militar, 1940.
- O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande*. Porto Alegre, ERUS, 1980.
- FURLAN, Oswaldo Antônio. *Influência açoriana no português do Brasil - em Santa Catarina*. Florianópolis, Edit, da UFSC, 1989.
- GUALBERTO, Luiz (Antônio Ferreira). *Contribuição para a história do Estado de Santa Catarina. Fundação da cidade de São Francisco do Sul*.

Portugal e Brasil. O Povoamento do Brasil Meridional

- Florianópolis, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1(1) :60-74, 1902.
- LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos. Sua Fundação e trabalhos inéditos.* Paris-Bruxelas, Edition d'Art Gaudio, 1923.
- LAYTANO, Dante de. *A estância.* Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 241, out - dez 1958.
- MARQUES, Manuel Eufrazio de Azevedo. *Apontamentos históricos geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo.* São Paulo, Livr. Martins Edit. S/A, 1952.
- PAIVA, Joaquim Gomes d'Oliveira e Pe. *Notícia geral da Província de Santa Catarina.* Desterro, Tip. Da Regeneração, 1873.
- PEREIRA, Carlos da Costa. *História de São Francisco do Sul.* Florianópolis, Edit. daUFSC, 1984.
- PERRONE-MOISÉS, Ley la. *Vinte luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil. 1503 - 1505.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996. (cit. p. 39).
- PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história.* Florianópolis, co-ed Edit. da UFSC - Edit. Lunardelli, 1983.
- A epopéia açorico-madeirense, 1748-1756.* Florianópolis, co-ed. Edit. da UFSC - Ed. Lunardelli, 1992.
- O Brigadeiro José da Silva Paes, estruturador do Brasil Meridional.* Florianópolis, co-ed. Edit. da UFSC - Ed. da FURG-FCC, 1988.
- Aspectos folclóricos catarinenses.* Florianópolis, Comissão Catarinense de Folclore, 1953.
- A Igreja em Santa Catarina - notas para sua história.* Florianópolis, ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.
- PORTO, Aurélio. *O coeficiente lagunista na formação social do gaúcho.* Porto Alegre, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, v. 43/44, 3º-4º trim., 1931.
- RHEINGANTZ, Carlos G. & FELIZARDO, Jorge G. *João Rodrigues da Silva e sua descendência.* V.I, Rio de Janeiro, Gráf. Guarany Ltda, 1952.
- RIBEIRO, João Alberto de Miranda, *Relatório de 1797* (publicado por LAYTANO, Dante de. *Corografia de Santa Catarina.* Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. V. 245.1960. (O texto original se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa).
- SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Subsídios para a história da Província de Santa Catarina.* Mss., inédito (em poder do IHGSC).

Walter F. Piazza

SILVEIRA, Gustavo Py Gomes da e allii. *O fundador de Tupanciretã. Origem, genealogia e histórias dos Silveiras.* **Porto Alegre, Edit. Livrosul, 1994.**

SPALDING, Walter. *Gênese do Brasil Sul.* **Porto Alegre, ed. SULINA, col. Meridional, 1953.**

TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. *Historia das bandeiras paulistas.* **São Paulo, ed. Melhoramentos, 2 t., 1951.**

Santa Catarina nos anos primeiros. **São Paulo, Anais do Museu Paulista, 1931.**

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul.* **Porto Alegre, ed. EST - Instituto Cultural Português, 1979.**